
049ª SESSÃO ORDINÁRIA – 05JUN2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero saudar o Sr. Lauro Antônio Vasconcellos Chiarelli, de Santana do Livramento, presente na nossa Sessão do dia de hoje. Seja bem-vindo.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Dr. Thiago, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores, venho a esta tribuna, no período de Liderança, tecer algumas considerações relativas ao Dia do Meio Ambiente. Ontem nós tivemos, na PUC, a abertura da Semana do Meio Ambiente. E, às vésperas da Copa do Mundo, nós vemos algumas intervenções na Cidade, necessárias, importantes, como foi a poda de árvores logo ali, vizinha aqui à Casa. Ao mesmo tempo em que percebemos um esforço muito grande, um comprometimento do nosso Governo com questões que envolvem políticas públicas e efetivos avanços na área ambiental na Cidade, eu quero destacar aqui talvez uma das principais delas, porque, às vezes, queremos identificar, em uma floresta, apenas uma árvore, e não detectamos o problema em seu todo. Eu acredito que, sem dúvida nenhuma, uma das maiores contribuições do nosso Governo para a Cidade, Ver. Mario Fraga, uma importante página da história que vai transformar a realidade em Porto Alegre, é o efetivo tratamento de cerca de 80% do esgoto da nossa Cidade. Eu digo e repito porque sei que alguns Vereadores – está aqui o nosso Ver. Villela e outros Vereadores – tiveram a oportunidade de tomar banho no Guaíba. Eu quero dizer que sou da geração que não teve essa oportunidade, mas que talvez a tenha novamente, porque nós vamos recuperar a balneabilidade das águas da Cidade. Porto Alegre, às vésperas da Copa do Mundo, é uma cidade que tem praticamente uma árvore por habitante. Nós temos em torno de um milhão e trezentas mil árvores na Cidade, e um milhão e quatrocentos mil habitantes, Ver. Cláudio Janta. Então, parece, dentro desse contexto, os esforços que estão sendo empenhados no sentido de dar respostas importantes, fundamentalmente no que diz respeito às compensações... a

gente sabe que hoje existe toda uma problemática em torno da exploração da areia, tivemos o evento que envolveu a Polícia Federal... mas esse conceito da sustentabilidade, do progresso, do desenvolvimento, da geração de emprego e renda, dos avanços da tecnologia, isso não pode, de maneira nenhuma, comprometer a qualidade de vida das futuras gerações.

Eu ouvia o Prefeito Fortunati se manifestando, agora no seu retorno ao Vale do Silício, junto com os Vereadores Kopittke, Nedel, Nagelstein, Cecchim, que o acompanharam, e acho que a questão da tecnologia também agrega um valor ambiental para a Cidade, porque gera emprego e renda dentro do mercado econômico. São bons salários, e eu diria que, talvez, do México para baixo, não tenha nada em termos de tecnologia que supere o Ceitec, ali na Lomba do Pinheiro. Nós que tramitamos aqui a Repot, uma iniciativa de se fazer ali um triângulo tecnológico, uma região de potencial tecnológico, tudo isso agrega valor à questão ambiental. E é fundamental que nós possamos também ter presente essa questão das ações compensatórias, mitigatórias, quando se transfere, se poda ou se tem que arrancar uma árvore; nas compensações, plantam-se três, quatro, cinco árvores no lugar daquela que foi removida ou que teve que sair da sua localização, em função de uma intervenção urbana, de interesse coletivo, muitas vezes, como é o caso da duplicação da via.

Mas, então, eu quero tecer essas considerações porque, na condição de Secretário do Planejamento, durante três anos, fui Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, o Conselho do Plano Diretor, e ali, obviamente, a cada intervenção, a cada projeto de primeiro, segundo e terceiro grau, situações ocorreram na compensação e na mitigação, e sempre a priorização e a prioridade foi orientada pela questão não só ambiental, mas da sustentabilidade. E nós temos uma orientação de desenvolvimento do progresso e qualificação de espaços urbanos sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações. Então, essas são as nossas considerações neste Tempo de Liderança. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, entusiasmado pelo discurso do Ver. Márcio, venho a esta tribuna, primeiro, para dizer, Ver. Márcio, que a sua defesa é elogiável quando fala no tratamento do esgoto. Mas o Município de Porto Alegre precisa fazer um trabalho sincronizado com os demais Municípios da Grande Porto Alegre, porque de nada adianta fazermos um tratamento das águas aqui na Capital se não tivermos uma parceria. Claro que, fazendo a nossa parte, é elogiável, indiscutivelmente, mas essa conscientização tem que ser também dos Municípios vizinhos, porque é aqui no Guaíba que deságua todo o lixo que é jogado nos demais rios e riachos da nossa região. Se nós não tivermos uma parceira dos demais Municípios da Grande Porto Alegre e das outras cidades por onde passam os rios que deságuam no Guaíba, pouco vai adiantar tratarmos o esgoto aqui em Porto Alegre. Eu não vou criticar e nem defender esse fato ocorrido aqui em Porto Alegre sobre a derrubada das árvores, só acho que isso precisa servir para não perdermos essa experiência vivida nesses últimos dias. Imaginem os senhores e as senhoras o dono de um terreno, de um sítio, de uma chácara – porque aqui temos chácaras e sítios bem consideráveis, até porque muitos vivem da agricultura aqui em Porto Alegre –, se essas pessoas, se não receberem um tratamento desta Casa e do Executivo com uma legislação incentivando o plantio de árvores, não vão mais plantar nem vão deixar se desenvolver nenhuma árvore nativa na sua propriedade. Não vamos menosprezar isso. Essas pessoas, a partir deste momento, vão dar um jeito de não plantar e de não deixar desenvolver nenhuma árvore nativa no seu terreno, no seu sítio, na sua chácara. Por quê? Porque vão acabar, cedo ou tarde, virando escravos daquela árvore. Então, precisamos criar uma legislação, aqui nesta Casa, com a parceria do Executivo, incentivando o plantio e a conservação das árvores que estão nas suas propriedades. Como encontrar isso? Somente com uma parceria do Executivo e com o Legislativo. Mas não dá para silenciarmos e imaginarmos que os proprietários de terras vão ficar plantando árvores ou as deixando se desenvolver nos seus terrenos sabendo que, no futuro, não poderão fazer edificações, porque esta é a verdade: no futuro, eles serão escravos das árvores plantadas nos seus imóveis. Então, não podemos deixar o fato ocorrido aqui em Porto Alegre... Aconteceu, não vou tirar a razão nem de um nem de outro, não vou entrar nessa polêmica, mas não podemos abrir mão dessa experiência, Prefeito Guilherme Socias Villela. Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio, que traga incentivo às

peças para que plantem árvores, para que conservem as árvores já plantadas que estão se desenvolvendo. Não vamos achar que é possível e aceitarmos a ideia de que alguém vai se enganar nisso aí. Não. Quem é proprietário vai tomar cuidado, porque, se um dia precisar fazer uma edificação, vai ter dificuldade, e vão tomar outras providências – e os senhores e as senhoras sabem quais são. Então, não vamos nos enganar. Precisamos enfrentar o problema e tentar encontrar, através de uma legislação, um ponto de equilíbrio. Eu chamo esse ponto de equilíbrio de incentivo ao plantio de árvores, Ver. Cecchim. Precisamos encontrá-lo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero dizer que comungo dessa ideia das discussões coletivas e por isso a importância da TVCâmara, em canal aberto, discutindo os problemas com a Região Metropolitana.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, no dia 4 de fevereiro de 2013, eu solicitei a esta Casa, através de V. Exa., a cedência do Sr. Odilon Xavier Vieira Júnior, funcionário da Companhia Carris, vigilante – inclusive, uma pessoa está encaminhando a questão de que os vigilantes da Carris passem à Guarda Municipal –, em reunião com o Secretário de Direitos Humanos, na semana passada, junto com o Chefe de Gabinete do Prefeito José Fortunati, solicitei, novamente, por escrito, a cedência desse funcionário Odilon – resalto que é meu direito solicitar a cedência de três funcionários públicos do Município para o meu gabinete – e, para minha surpresa, o Odilon foi demitido da Carris por justa causa. Por justa causa! Um funcionário de cinco anos de Carris, liderança de uma categoria, que o meu gabinete estava solicitando – eu, como dirigente sindical, estava solicitando que esse funcionário viesse para a Câmara de Vereadores –, foi demitido por justa causa, não tendo nada que manchasse a sua ficha, nada! Pelo contrário, inclusive o seu supervisor pediu que ele fizesse um relato do que estava acontecendo. E mais: como ele ia vir para o meu gabinete, pediram que ele voltasse a trabalhar, pois, segundo eles, ele estava encostado por acidente de trabalho, por lesões por esforços repetitivos, LER-DORT; ele voltou a trabalhar porque ia vir para o meu gabinete, e colocaram o servidor da Carris Odilon para a rua, por justa causa! Ou seja, agiram de má-fé com esse servidor público, trabalhador. Não sei por que fizeram isso, mas pediram para o servidor abrir mão da sua

estabilidade no emprego por acidente de trabalho, por doença ocupacional, porque seria cedido a esta Casa, e esse servidor, no outro dia, é demitido por justa causa. Eu acho que esta Casa tem que pedir esclarecimentos à Direção da Carris.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Certamente, Ver. Janta. Pode encaminhar o material a esta presidência, que essa medida será tomada.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador, eu queria convidar os membros das comissões CECE e CEDECONDH – os que estiverem presentes, os que puderem – para nos reunirmos e fazermos uma construção coletiva com os representantes das três secretarias do Governo Municipal – a SMC, a SMIC e a SMAM – e com os artistas populares da cidade de Porto Alegre, com o Sindicato dos Artistas, que estão aqui presentes. Já houve uma linda construção, óbvio que resultado do trabalho de algum tempo, da luta dos artistas, então, já houve um acordo, uma evolução do Governo, temos de reconhecer, através de um projeto de lei, que dispõe sobre a apresentação dos artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Porto Alegre, e queríamos comunicar, parabenizar os artistas e convidar todos para o protocolo coletivo.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Só registrar nosso empenho, enquanto duas Comissões da Casa, mas sobretudo a luta dos artistas. Ainda ontem na nossa Comissão tivemos outros relatos de criminalização do teatro de rua, teatro esse que é o que embeleza nossa Cidade, que é o que permite que amplos setores da população tenham contato com a arte, com o teatro crítico. Acho que esta legislação é fruto da luta dos artistas, do empenho desta Casa, dos debates que nós realizamos. Esta lei vai garantir que a Constituição seja cumprida, que a liberdade de expressão esteja resguardada em Porto Alegre.

E queria também colocar a CEDECONDH à disposição para tratar desses casos absurdos de demissões por justa causa que o Ver. Cláudio Janta relatou aqui. Muito obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Parabênzo a categoria dos artistas de rua, porque esta é uma conquista de vocês, sem dúvida nenhuma, auxiliados pelas Comissões e pelas Secretarias do Governo atinentes. Mas é uma construção profunda de vocês. Muitas vezes somos questionados, outros presidentes também já o foram, sobre os trabalhos das Comissões. Eu, a cada dia, digo que é importante que nós possamos valorizar cada vez mais os nossos trabalhos nas Comissões. Parabéns.

O SR. IDENIR CECCHIM: Só para esclarecer e para valorizar quem realmente é do teatro, não confundindo com aqueles que ficam nas sinaleiras atirando bolinhas para cima e achacando os motoristas nas sinaleiras. É para valorizar quem é artista.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, gostaria de esclarecer, pois não é restrito a teatro; são atividades culturais de artista de rua. Considera-se o teatro, a dança, a capoeira, o folclore, a representação mímica, as estátuas vivas, as artes circenses, os palhaços, os mágicos, os saltos mortais, as artes plásticas de qualquer natureza, a literatura, a poesia, o desafio poético, a poesia de cordel, e a improvisação repentista. Apenas para o Ver. Cecchim saber.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, eu queria registrar que hoje o nosso Líder, Ver. Cassio Trogildo, está de aniversário, completando 45 anos de vida, ou seja, 16.436 dias de vida.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Parabéns, Ver. Cassio Trogildo.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nos associamos à homenagem de parabéns ao nosso colega, Ver. Cassio Trogildo, que hoje aniversaria, e dizer da nossa especial alegria em fazer parte desta Bancada de

Vereadores eleitos do PTB, juntamente com o nobre colega, Ver. Cassio, com o qual tive o prazer de trabalhar na Secretaria de Obras e Viação da nossa Cidade de Porto Alegre. O assunto que venho enfrentar hoje é um assunto difícil de ser enfrentado, mas necessário na cidade de Porto Alegre. Trata-se do Seminário que estaremos promovendo nesta Casa para tratarmos do combate à pedofilia. O tema do seminário é “Pedofilia? Aqui Não!” Por que esse sugestivo tema? A Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente tem-se preocupado com esse tema e estará trazendo para palestrar o Dr. Alexandre Spizzirre, Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul que trata da área criminal; Dra. Cláudia Barros, Defensora Pública do RS; Dra. Suzana Braun, Psicóloga da Polícia Civil, DECA – Departamento Estadual da Criança e do Adolescente; Sra. Claudia Machado, Coordenadora do Evesca – Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Também teremos nesse dia um depoimento chocante, é bem verdade, impactante, mas um depoimento que nos traz à luz e à tona a realidade que crianças vítimas de pedofilia enfrentam. Esse depoimento será realizado pela Sra. Ângela Chaves, autora do livro Lágrimas do Silêncio. Ela virá ao Plenarinho da Câmara Municipal para fazer mais uma vez o que tem feito em diversas situações, em diversos seminários, em diversos eventos que tratam desse tema: falar que foi vítima de pedofilia, que foi vítima de abuso sexual na infância. A Ângela Chaves é a primeira pessoa autora de um livro no Rio Grande do Sul que trata de um tema, Ver. Paulo Brum, com depoimento pessoal. Então, no próximo dia 26 de junho, no Plenarinho, a partir das 9h, estaremos tratando deste tema: Pedofilia? Aqui não!

Traremos aspectos sociais, psiquiátricos e jurídicos da pedofilia. Na realidade, a pedofilia é uma perversão sexual, na qual um adulto ou adolescente entrando na fase adulta tem interesse sexual por uma criança. E a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente não pode se furtar desse tema, até porque nós estamos às vésperas da Copa do Mundo, tratando dos preparativos para a Copa, e temos que ter ciência que Porto Alegre será, sim, uma Cidade de turismo, mas não de turismo sexual! E nós estaremos combatendo, elucidando, esclarecendo esse tema.

Para concluir, me recordo de uma ocasião em que eu estava atendendo uma adolescente que queria ingressar com uma ação para cobrar alimentos ...

(Artistas ingressam no plenário fazendo uma apresentação.)

O SR. ELIZANDRO SABINO: Claro, Ver. Sofia.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Parabéns pelo início da conquista, pelo início do processo, parabéns. Ver. Elizandro Sabino, está preservado o seu tempo, por favor.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Para concluir, Sr. Presidente, eu estava retratando a respeito de uma experiência pessoal. Quando era conselheiro tutelar, atendi uma jovem adolescente que foi buscar uma orientação, Ver. Mauro, para ingressar com uma ação de alimentos, cobrar alimentos do pai da criança, que não pagava alimentos. E, quando olhei o nome do pai da criança, me surpreendi, porque o nome do pai da criança estava na filiação da adolescente que me procurava. O que aconteceu? Na realidade, o nome do pai da criança, filha da adolescente, era o pai da adolescente, ele era avô e pai da adolescente. Ou seja, aquela adolescente foi abusada na sua infância, engravidou, gestou, e a criança nasceu. E efetivamente a jovem adolescente foi buscar os recursos das políticas públicas e sociais, vítima de um abuso de pedofilia na infância.

Portanto, nós estaremos tratando e combatendo este tema, através do seminário, Ver. Mauro, para, juntos, esclarecermos a nossa sociedade porto-alegrense a respeito da importância do combate à pedofilia, nos seus aspectos sociais, psiquiátricos e jurídicos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero dizer, Ver. Elizandro Sabino, que estaremos no seminário de combate à pedofilia. Este é um tema muito importante que V. Exa. aborda com muita propriedade. Muito nos preocupa, em Porto Alegre, o crescimento vertiginoso dos crimes sexuais.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiro gostaria de dizer que acabamos de protocolar este Projeto de Lei que trata dos

artistas de rua, e, tomara que, no futuro, Porto Alegre não precise desenvolver um novo movimento chamado Defesa Pública da Alegria. Nunca a alegria precisou ser defendida publicamente, e, hoje, justamente, há um movimento com esse nome em razão das várias políticas de restrição da fruição do espaço público, que é de todos e de todas.

Mas eu venho aqui para falar – hoje é Dia Mundial do Meio Ambiente – sobre uma questão que foi tocada agora há pouco, a questão de um dia se poder ter o Guaíba realmente limpo, que não se fique de costas para o rio, como tanto se diz por aí. Um dos projetos que está tratando disso é o Projeto Integrado Socioambiental, que é um projeto muito grande e justamente prevê que o nosso Guaíba estará melhor nos próximos anos. A Câmara de Vereadores está representada no Comitê Lago Guaíba. Portanto, temos participado disso. O Ver. Nedel acompanhou o nosso pedido e foi designado pela Mesa Diretora. Temos acompanhado este debate que entrou agora em um momento muito importante, que merece a atenção desta Casa, porque o emissário no bairro Serraria, onde se largará o esgoto da nossa Cidade, Ver. Nedel, foi licenciado pela Fepam para uma distância, a partir da margem, de 2.600 metros no bairro Serraria, e o DMAE, por sua própria conta e desrespeitando essa licença concedida pela Fepam, reduziu mil metros da extensão do emissário. Então, nós corremos um sério risco de, naquele local, naquela bacia em que será despejado todo o resíduo, que será tratado, de o emissário ficar muito próximo à margem, justamente ali onde é uma bacia, não permitindo que as correntes consigam levar e espalhar um pouco a possibilidade de limpeza por si só. Vejam que estamos falando de um projeto de R\$ 586 milhões. Com essa redução de um quilômetro, ela vai ser reduzida em apenas R\$ 5 milhões. Vejam que, por 1% da obra, nós estamos colocando em risco a possibilidade de termos um emissário final licenciado pela Fepam. Eu queria pedir permissão para assistirmos um vídeo sobre uma reportagem que vai ilustrar a nossa fala. É importante, e já faço o encaminhamento aqui para convidarmos o DMAE, o próprio Comitê do Lago Guaíba e a Fepam para trazerem esse caso a fim de conseguirmos entender, porque me parece que não é o caso de fazermos uma economia de R\$ 5 milhões, 1% da obra, e colocarmos em risco toda aquela área, moradores e região.

(Procede-se à apresentação em vídeo.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Então, Srs. Vereadores, parece-me que urge esta questão. Para os que não estavam prestando atenção, quero dizer que o licenciamento da obra pela Fepam é de 2,6km, são 2.600 metros, e o DMAE, por conta própria, instalou a 1km mais próximo da margem, colocando em risco toda uma estrutura, por uma economia, vejam, de apenas 1% do total da obra. Então, urge a questão aqui, Sr. Presidente, que é da Zona Sul, estamos falando do bairro Serraria e de toda aquela região. É uma bacia que ficará exposta a um grave risco ambiental, podendo prejudicar a população e toda a Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu moro na Serraria, Ver. Marcelo!

Eu quero lembrar os Srs. Vereadores de que, às 16h, o Prefeito vem entregar, nesta Casa, o Plano Plurianual. Espero contar com a presença das Lideranças.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Ver. Dr. Thiago; quero agradecer ao Líder do Partido Progressista, Ver. Nedel, pelo espaço que me concedeu para fazer um registro muito importante, visto que hoje, 5 de junho, é o Dia Mundial do Meio Ambiente, e, na esteira disto, é importante registrar que a Agapam, Associação Gaúcha de Proteção Ambiental, uma ONG dedicada à luta em defesa do meio ambiente, tem como Presidente o Francisco Milanez.

Também queria fazer um registro sobre a importância, a alegria e a satisfação que o Partido Progressista tem em contar com o Beto Moesch, um ambientalista, ex-Vereador desta Casa por tantos mandatos, que comandou a Secretaria do Meio Ambiente, plantou mais de 200 mil árvores, foram 2.200 na Perimetral. O Beto é sempre dedicado a essas questões.

Por fim, eu queria dizer, nesta fala sobre o meio ambiente, que no dia 21 de dezembro de 1976 foi criada a primeira Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Brasil, com aproximadamente 400 funcionários. O Prefeito era Guilherme Socias Villela, autor da criação dessa Secretaria. Então, eu, como Vereadora, como política, como cidadã de Porto Alegre, tenho muito orgulho de subir nesta tribuna e comentar com vocês, colegas e

peças que nos assistem, sobre essas peças importantes que doaram o seu tempo, o seu trabalho para a cidade de Porto Alegre. E, na esteira disso, queria também dizer que são bem-vindas as manifestações para a preservação do meio ambiente, desde que elas não confrontem a Justiça.

E aí eu puxo aqui uma notícia para quem faz questão de zelar pelo cumprimento da Lei (Lê.): “A Polícia indícia seis jovens por atos de vandalismo em Porto Alegre”. Todos os senhores e as senhoras acompanharam aquele ato de vandalismo contra a sede da Prefeitura, onde só ali nós tivemos um prejuízo de R\$ 30 mil, por conta das manifestações contra o aumento da passagem. Sem contar que essas manifestações não ficaram apenas no prédio – patrimônio cultural da nossa Cidade, que guardava a nossa memória, a nossa história –, mas foram muito além, prejudicando pessoas no seu direito básico de ir e vir; também, as viaturas da Guarda Municipal e a sede da EPTC. Então, eu acho que vale comemorar o cumprimento da Lei, com o indiciamento de seis pessoas que resolveram fazer manifestações contra algo básico, que é a ordem.

Também queria fazer um registro, no dia de hoje, da importância do Exército Brasileiro, que fez uma operação extremamente produtiva em terras do Rio Grande do Sul, do Paraná e Santa Catarina. E eu compartilho com os senhores que o número das apreensões realizadas pelo Exército foram: 9 toneladas de maconha; 855 kg de explosivos; 381 kg de drogas, entre cocaína, *crack*, haxixe; U\$ 270 mil; e quase 50 mil pacotes de cigarros contrabandeados. Esta é a Operação Ágata 7, que foi comandada pelo General Carlos Bolívar, com a ajuda da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária. Então, é uma honra, é um orgulho muito grande nós sabermos que podemos contar com esses anjos que estão lá cuidando das nossas fronteiras. O Exército apreende 9 toneladas de maconha, no Sul.

É um registro extremamente produtivo para a população de Porto Alegre. E eu, como filha de militar, sinto-me orgulhosa dessa Operação Ágata 7. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, boa-tarde a todos. Eu venho a esta tribuna, em nome da Bancada do PCdoB, para dizer, antes de mais nada, que a Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, hoje, com o Governador Tarso Genro, prossegue as negociações para a construção de um Centro de Eventos do Estado na cidade de Porto Alegre.

E é preciso reafirmar isso aqui, e fazer, também, um histórico do processo da construção que o Governo do Estado tem encaminhado com amplitude, com a capacidade de discutir com os amplos setores da sociedade, inclusive, numa articulação republicana entre Governo Federal, Governo do Estado e Governo Municipal. Manteremos esse esforço institucional para assegurarmos os recursos que viabilizem a construção de um Centro de Eventos no Estado.

Esta é a garantia que nos dá, hoje, pela imprensa, a Secretária de Turismo, Abigail Pereira, a partir do anúncio de empenho de R\$ 60 milhões, por parte do Ministério do Turismo, para a Prefeitura de Porto Alegre, visando à construção de um Centro de Eventos para o Município de Porto Alegre.

A história tem que ser resgatada, e eu era Secretária de Estado do Meio Ambiente, instalada de forma ampla, democrática, na Sala de Gestão, liderada pelo Governador Tarso Genro, e, lembro como se fosse hoje, do primeiro Projeto levado pela Secretaria de Turismo – liderada pela minha camarada Abigail Pereira – que era exatamente a construção desse Centro de Eventos do Estado do Rio Grande do Sul. Foram várias discussões que se seguiram, inclusive por designação do nosso Governador, feitas pela Secretária, e, em determinados momentos, pelo próprio Governador. Quero aqui destacar quando eles estiveram em visita ao Niemeyer, que fez o Projeto, Ver.^a Mônica, para a cidade de Porto Alegre. Descaracterizar o projeto feito por um arquiteto de nível mundial, um dos homens, um dos cérebros pensantes deste País, não só na área de arquitetura, mas também na política e no seu envolvimento com a democracia da Nação brasileira, seria desconsiderar a história de Niemeyer e todo esse esforço, inclusive no fim da sua vida, atendendo ao Governador Tarso e à Secretária Abigail. Essa história também tem que ser lembrada por estarmos diante, como diz a Secretária Abigail, de um fato novo, já que, desde o início da gestão, vínhamos discutindo conjuntamente o projeto do Estado em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre e com o Governo Federal. Ainda assim, manteremos os canais de negociação e de discussão com esses agentes e também com

a iniciativa privada, que consideramos essencial para a viabilização de um investimento de tal relevância e da dimensão de um Centro de Eventos de classe internacional no Município de Porto Alegre. Seguindo a história, a proposta do Governo do Município saiu hoje na imprensa. Nós achamos até meio desrespeitosa essa atitude, na medida em que o Governo do Estado é o condutor desse processo e foi buscar a Prefeitura para essa participação, por essa visão republicana que o Governo Tarso tem – e eu creio que temos que agir assim se quisermos que as coisas aconteçam nesta Cidade. Aliás, esta Câmara deu um exemplo muito bom quando, na semana passada, aprovou, com a participação de todos os Vereadores, uma Moção de Apoio a essa articulação política. A proposta do Governo do Município não dá conta das reivindicações do setor hoteleiro e do turismo discutidas com o Governo do Estado porque eles querem – e é isso o que Porto Alegre quer e merece –, um Centro de Eventos internacional. Naquele café da manhã, foi criado um comitê pró-Centro de Eventos, e todos nós assinamos. Foi a Moção desta Casa, eu repito, e a proposta da Prefeitura foi a de um Centro de porte de nível médio, de classe regional, inferior ao de nível nacional e, mais ainda, ao de nível internacional.

Eu trago aqui, em nome da Bancada do PCdoB, um chamamento à cidade de Porto Alegre e a esta Casa que, imediatamente, apoiou a Moção. Relembro, Sr. Presidente, que, na próxima segunda, a Secretária estará aqui, a convite desta Casa. Trago ainda um chamamento à Prefeitura de Porto Alegre, que foi convidada a participar, e esse é o modo correto de fazer política, pelo Governo do Estado.

Neste momento, parece que querem dividir. Nós não podemos colocar as questões de Porto Alegre, as questões do Estado, as questões da Nação brasileira sob a ótica de interesses, de momentos. O Centro de Eventos de Porto Alegre, liderado pelo Governo do Estado, com a participação do Governo Federal e da Prefeitura, é o que está na Mesa para ser resolvido, e esta Casa sabe disso porque todos os Vereadores se envolveram. Agradeço a atenção de todos. Sem dúvida, tenho certeza de que esta Casa não se furtará a essa participação, garantindo uma iniciativa importante do Governo do Estado, que se articulou tanto com o Governo Federal quanto com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Jussara. Quero convidar todos os Vereadores e ao nosso público de três milhões de gaúchos a participarem do Seminário

de Resíduos Sólidos, que está sendo organizado pela Casa em conjunto com o ex-Vereador Beto Moesch. Vai ocorrer na quinta-feira à noite e na sexta durante todo o dia, com a presença dos órgãos da Prefeitura, para discutir a questão vinculada aos resíduos sólidos.

Quero dizer, Ver.^a Jussara, que esta Casa, desde o primeiro momento, desde que tomou conhecimento no Sindpoa, posicionou-se favoravelmente ao Centro de Eventos em Porto Alegre, por considerar uma excelente oportunidade de desenvolvimento para a Cidade.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Dr. Thiago, nosso Presidente; demais Vereadoras e Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16, agora com transmissão direta; público nas galerias, quero, mais uma vez, falar sobre a nossa querida PROCEMPA, que agora parece que nem presidente mais tem – já se afastou, junto com outros diretores. Quero dizer que a Prefeitura Municipal, Prefeito Villela, não tem mais que se preocupar só com a PROCEMPA, a crise parece que não é só na PROCEMPA agora, mas no Paço como um todo, pois quanto mais a gente vai investigando e recebendo informações, vai descobrindo que as coisas da PROCEMPA vão muito além de suas paredes.

Nós recebemos informações de que há a contratação de empresas que são de esposas de Secretários Municipais; que o Chefe de Gabinete do Prefeito usou o serviço dentário com o ressarcimento em sua conta, e por aí fora. Quero dizer que é importante que o Prefeito esteja querendo investigar e abrir uma sindicância, Ver. Alberto Kopittke, só que tardiamente, porque os problemas existem desde 2005. Nós já temos falado há muito tempo sobre isso. Temos representações, Ver. Janta, no Ministério Público e no Tribunal de Contas desde 2010. Parece que demorou muito a Prefeitura, e aí é que eu falo da dificuldade na gestão. Só agora a Prefeitura e o Prefeito acordaram. Inclusive, nós temos aqui o relatório do Tribunal de Contas referente a 2011, o qual, Ver.^a Mônica, que está muito atenta, aponta uma série de irregularidades na PROCEMPA, no ano de 2011, como Cargos em Comissão fora do trinômio direção-chefia-assessoramento, ausência de norma que regulamente os casos, condições e percentuais mínimos para o preenchimento de funções de confiança e Cargos em Comissão, inobservância dos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, pagamento maior de diárias para o

pág. 14

Presidente da PROCEMPA, intermediação irregular de mão de obra, contratação de empresa de forma irregular, ausência de comprovação de serviços prestados na assistência médica, hospitalar, odontológica; gastos excessivos decorrentes de deficiência de controle. Por exemplo: um candidato a Vereador, Ver.^a Mônica, que era CC da PROCEMPA, seu filho gastou R\$ 57 mil com dentista, e ele mais R\$ 15 mil! Isso dá quanto, Ver. Brasinha? Dá R\$ 72 mil! Será que esse dinheiro foi para o serviço odontológico ou passou pela conta desse candidato a Vereador? Esses são alguns dos apontamentos, são coisas que aconteceram na nossa querida PROCEMPA. Despesas com publicidade sem caráter educativo, informativo ou de orientação social; são mais de R\$ 450 mil que não conseguiram ser justificados. E por aí vai! Pagamento de despesas de publicidade na Administração Centralizada, inexigibilidade indevida de licitação, afronta ao princípio da economicidade, objeto de contrato não claramente definido, contrato com preços expressos em moeda diferente da nacional, direcionamento da licitação por indicação não justificada de produto específico, como é o caso de jornalista contratado por quase R\$ 300 mil, para fazer livro, para fazer eventos, e que poderia trabalhar de forma remota. Inclusive, sua irmã, era CC, também da PROCEMPA, jornalista, e foi contratada sem licitação, Ver.^a Mônica. Ausência de justificativa de preços, divergência nos valores cobrados do cliente, ausência de parcelamento do objeto, enquanto viável técnica e financeiramente; contratação indevida por inexigibilidade de licitação, ausência de justificativa de preço, ausência de justificativa de necessidade de contratação continuada, falhas no acompanhamento da execução contratual – isso tudo quem está dizendo, Ver. Brasinha, não sou eu, é o Tribunal de Contas, que já auditou e está auditando a PROCEMPA. Agora, por último: contratação, sem licitação, da empresa Consult, que já tinha sido contratada, de forma duvidosa, pela Secretaria da Fazenda, e foi contratada pela PROCEMPA por quase R\$ 5 milhões. Já temos aqui que a 2ª Vara da Fazenda Pública suspendeu, na sexta-feira passada... E as contratações se sucederam, o que, como já dito, não se justifica diante da farta prova colhida no inquérito civil, trazendo enormes prejuízos ao Erário e à coletividade como um todo. E ressalta: some-se a isso a existência de possíveis atos de improbidade administrativa, os quais permanecem sob investigação nos autos do inquérito civil. Isso tudo não sou eu que estou dizendo, é um juiz que está dizendo sobre a PROCEMPA.

Então, há fartas provas das irregularidades. Se o Prefeito diz que há uma organização, eu digo mais: há uma quadrilha instalada dentro da PROCEMPA, que se espalha para dentro do Paço Municipal. Essa Casa não pode se omitir! Nós, Ver. Pedro Ruas, temos que tomar uma atitude e fazer a nossa parte de fiscalização do dinheiro público. Chega de corrupção neste Município! Nós, como Vereadores eleitos pelo povo, temos a obrigação de trabalhar pelo povo e cuidar do dinheiro público.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero começar pela última frase do Ver. Mauro Pinheiro. Se ele quer o fim da corrupção em Porto Alegre, ele tem que mudar de Porto Alegre o Palácio Piratini, e o Governo do Estado ele tem que levar para outro Município! Se é isso que o senhor quer, eu estou de acordo, mas tem que mudar o Governo do Estado para outro Município, porque aqui, nesse caso, a corrupção não vai parar.

Eu tenho uma preocupação, Ver. Pedro Ruas: eu vejo a Ver.^a Sofia tentar acompanhar e, muitas vezes, substituir a militância da Ver.^a Fernanda. Ela quer fazer tudo o que a Ver.^a Fernanda faz. E, agora, eu tenho mais uma preocupação, Ver. Pedro Ruas! O Ver. Mauro Pinheiro quer bater a sua carteira – sobre CPIs, sobre CPIs... O Ver. Mauro Pinheiro bater carteira, Deus o livre, é um homem sério! Mas ele quer lhe tirar a primazia das CPIs aqui na Casa.

Quero dizer, Ver. Mauro Pinheiro, que V. Exa. está no seu papel. O senhor não vai encontrar em mim alguém que diga que o senhor não tem o direito de fazer o que está fazendo aqui; o senhor tem o direito de fazer. Ainda mais – e eu tenho acompanhado o seu discurso – que o senhor diz: “Não sou eu que estou dizendo, é o Tribunal...” é isso, é aquilo, bem na linha que eu sempre falei, Ver. Villela. Quem diz que o PT era comandado por uma quadrilha de ladrões é o Supremo Tribunal Federal, bem na linha do Ver. Mauro Pinheiro. Então, nisso também nós estamos de acordo. Quando tem a investigação, quando há a comprovação é assim. Quando há uma investigação – e está havendo na PROCEMPA, o Prefeito está fazendo isso –, o Prefeito, com o relatório em mãos,

amanhã, eu tenho certeza de que vai tomar providências, Ver. Mauro Pinheiro. Se há uma quadrilha, vai ser desmanchada a quadrilha porque nenhum Prefeito teria o peito de fazer uma averiguação se não tivesse o peito de resolver. Eu acredito no Prefeito Fortunati nessa solução. Mas reconheço que V. Exa. tem o direito de fazer as denúncias, de trazer a dúvida; a dúvida é para ser esclarecida. Assim como tenho a convicção do seu direito de fazer isso, eu tenho a certeza de que os fatos serão esclarecidos, e as providências serão tomadas. Não vai se varrer nada para baixo do tapete, não vai acontecer de pessoas julgadas pelo Supremo Tribunal Federal continuarem fazendo *lobby*, como o José Dirceu faz dentro da Petrobras – é a casa dele! –, faz *lobby* nas empresas de aviação, enfim, continua circulando com uma desenvoltura enorme com o seu jato para cá e para lá, condenado! Imaginem ele num jato, se resolver passar a fronteira, se foi, não adianta ter o passaporte retido. Se ele estiver naquele jato fantástico em que anda – imagine só, Ver. Nedel, que está nos assistindo com muita atenção... Se o Zé Dirceu resolver passar a fronteira... ele tem muitos amigos: no Paraguai, o Lugo; ele tem muitos amigos nas FARC, na Colômbia; ele tem muitos amigos na Venezuela, amigos do Hugo Chávez; ele tem muitos amigos em Cuba, ele tem muitos amigos! Ele desce com o jato lá, sem problemas; não precisa de passaporte porque, imediatamente, ele receberá o passaporte de um país desses.

Então, Ver. Mauro Pinheiro, vamos continuar fazendo o nosso trabalho. Parabéns pela sua persistência! Nós vamos continuar ouvindo o senhor, não concordando na maioria das vezes; mas, quando for para concordar, nós vamos concordar, porque a verdade todos nós queremos, Ver. Nereu D'Avila. Todos nós queremos a verdade; todo o mundo quer preso na cadeia, como todos os do mensalão!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, colegas; eu queria trazer hoje à tribuna a campanha de mobilização que fazem, neste momento, os municipais de Porto Alegre, quando a categoria discute a campanha salarial e a data-base com o Governo Municipal. Essa

categoria aguerrida de 27 mil trabalhadores e trabalhadoras, que exercem as funções de prestação de serviços públicos para o povo da nossa Cidade, há muito tempo vem sofrendo com a política autoritária e irresponsável do Governo em questões básicas. Primeiro, os operários do padrão 2 e 3, que são os operários da nossa Cidade, sob chuva, sob sol, os trabalhadores do DMAE, do DMLU, que conquistaram, na greve de 2011, Ver. Pedro Ruas, a equiparação do seu salário – pasmem – ao mínimo nacional. Trabalhadores da Prefeitura que ganhavam menos do que um salário mínimo nacional, e, durante a campanha de 2011, com a greve da categoria, conquistaram uma lei que equipara o seu salário ao salário mínimo, de R\$ 678,00, que é insuficiente para garantir o pagamento de todas as contas de um lar; um salário mínimo baixíssimo com o qual o povo brasileiro lida cotidianamente, e sequer isso está sendo cumprido pela Prefeitura Municipal. A Saúde está um caos! Em 47 equipes de saúde da família, não tem médico; os pronto-atendimentos estão com filas enormes; o Hospital de Pronto Socorro está tendo a sua vocação alterada pelos de cima, e ainda houve a tentativa do Governo de tirar a insalubridade, derrotada pela mobilização da categoria, mas ainda há trabalhadores que ganham, para exercer a mesma função, apenas 20% de insalubridade, quando estão sujeitos aos piores riscos os trabalhadores da Saúde. É um caos, e o Secretário ainda tentou criminalizar a mobilização do posto de Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Por isso, os municipais fizeram uma mobilização hoje em frente à Secretaria Municipal de Saúde, exigindo “Fora Casartelli”, e é por isso que, depois, no Paço Municipal, juntaram-se todas as categorias do Município, e veio à tona o verdadeiro autoritarismo que se passa na Educação, com um plano pedagógico que não existe, porque o plano pedagógico que a Secretaria Municipal de Educação fez, há três anos, era uma cópia de outros Municípios. Inclusive denunciei nesta tribuna, e veio a resposta da sindicância. Copiaram, Ver.^a Sefora Mota, copiaram o projeto pedagógico de Niterói! Copiado pela assessora que deveria fazer o projeto pedagógico do Município, como se o Município não tivesse excelentes professores, que conhecem a realidade de cada escola para construir o seu projeto pedagógico. Pior: tentaram cortar o ponto dos trabalhadores que participam da luta, porque é isso que a Secretária Cleci tenta impor aos trabalhadores em Educação no nosso Município. Os trabalhadores da EPTC, que estão em mobilização na sua campanha salarial, os celetistas da Prefeitura, ou seja, uma verdadeira proposta – trágica – que propõe 0,25% de reajuste para a categoria, e mais, tenta impor aos municipais a

bianualidade do acordo, porque eles não querem, na Copa, Ver. Pedro Ruas, que os trabalhadores se organizem. Nós estamos em 2013, a campanha salarial é de 2013; em 2014, haverá nova campanha salarial, porque o sindicato tem autonomia e tem que discutir, ano a ano, cada vez mais, as suas reivindicações, a luta contra a terceirização, contra o assédio moral; a luta pelo IPE – nós aprovamos nesta Casa o convênio com o IPE, mas, até hoje, não é realidade no Município de Porto Alegre. Dizia um cartaz das professoras da Escola Nossa Senhora do Carmo: “Ora, Fortunati, eu sou a Educação, mas finge que eu sou a Copa e investe em mim”. Porque, de um Orçamento de R\$ 5 bilhões, R\$ 1 bilhão está destinado às obras da Copa; enquanto isso, a Saúde e a Educação agonizam, os municipais estão sendo atacados com baixos salários, o plano de carreira e o acesso à Saúde com o IPE ainda não saíram do papel.

Por isso nós estivemos lá apoiando essa mobilização com os trabalhadores municipais, representando nosso pessoal, Ver. Pedro Ruas, e dizendo aos trabalhadores que contem com a nossa Bancada nessa luta, por respeito, dignidade, valorização e democracia!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Vereadoras e Vereadores desta Casa; Sr. Presidente, Dr. Thiago, público que nos assiste nas galerias, que nos assiste em casa pela TVCâmara, eu uso esta tribuna, cedida pelo nosso Líder do Governo, Ver. Ferronato, e o Vice-Líder, Ver. Reginaldo Pujol, para vir, mediante esta Casa, ao povo de Porto Alegre, ao povo do Rio Grande do Sul, que nos escuta, que nos assiste, dizer que a maior empresa deste País, hoje, Ver. Villela, está sendo ameaçada de perder a sua soberania e de ser entregue ao capital estrangeiro. É a Petrobras. O Governo Federal, o Governo Dilma, que fez uma campanha inteirinha em cima das privatizações, dizendo que o outro adversário privatizaria o Brasil, tem feito as grandes privatizações, as maiores privatizações do mundo! Primeiro, pegou o dinheiro da Saúde e da Educação para construir estádio de futebol! Inauguramos, agora, domingo, o Maracanã, que foi entregue para o rei do capitalismo mundial, o menino prodígio do Brasil, Eike Batista! O dinheiro que era para ir para a Saúde, para a Educação, para o desenvolvimento das estradas foi entregue para

construir estádio de futebol neste País e está sendo entregue para o Eike Batista! Não satisfeito, o Governo Federal entregou os portos brasileiros, na maior privatização do mundo, Ver. Nereu D'Avila! A maior privatização do mundo! O Governo Federal entregou os portos brasileiros! E, na semana passada, quando vimos o Vice-Presidente americano vindo ao Brasil e dar entrevista, ele não foi ao Pão de Açúcar, não foi ao Cristo Redentor, não foi aos Arcos da Lapa, não foi à frente do Congresso Nacional: o Vice-Presidente americano deu entrevista embaixo dos guindastes do porto do Rio de Janeiro, porque ganharam um presente! Um grande presente, a maior privatização que o mundo já viu!

Mas a maior privatização mesmo que o mundo já viu, está vindo agora, com a Petrobras. O Governo quer entregar a Petrobras para os tubarões do petróleo; quer entregar a Petrobras para os tubarões que ficaram mais de 10 anos na nossa costa do Pré-Sal e não descobriram uma reserva de petróleo! Não descobriram um barril de petróleo, não descobriram uma gota de petróleo, e querem usar o petróleo do povo brasileiro, pagando 100 dólares o barril que, daqui a 10 anos, vai valer mais de U\$ 200 mil!

A Petrobras é nossa! O Presidente Getúlio Vargas, Ver.^a Sofia, chamou o povo para ir para a rua defender o petróleo! E nos indigna muito, muito mesmo, porque o Brasil deixou de investir em Educação, o Brasil deixou de investir em Saúde! O Brasil deixou de investir em desenvolvimento para ter uma empresa petrolífera forte e firme, e, hoje, nós vimos essa empresa petrolífera ser entregue para as multinacionais! Hoje, nós vimos a Associação dos Engenheiros da Petrobras dizer que o formato dos leilões do Pré-Sal vai reduzir essa empresa. Vão destruir essa empresa. Hoje, nós vimos o formato da Petrobras virar uma agência reguladora. Então, é importantíssimo que nós aproveamos uma Moção de Apoio desta Casa à CPI da Petrobras, que está sendo instaurada no Congresso Nacional. “O petróleo é nosso”; o petróleo é do povo brasileiro! Quando chegou o momento de a Petrobras devolver tudo que o povo brasileiro deu para ela se transformar em pesquisas, em uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, nós vamos entregá-la para as multinacionais! Isso não pode acontecer! A Petrobras é nossa, é do povo brasileiro e tem que continuar assim: nas mãos do povo brasileiro, seja na comercialização, na distribuição e, principalmente, na exploração de petróleo no Brasil. A Petrobras é nossa! O petróleo é nosso! Acho que temos que fazer uma moção de apoio à CPI da Petrobras no Congresso Nacional! Com força e fé seguiremos lutando em defesa da indústria nacional e do povo brasileiro!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Janta. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, deixei para falar pelo meu Partido para não confundir a situação do Governo com o meu Partido isoladamente. Todos sabem que eu sou do Democratas, sou liberal, e, em sendo assim, entendi que, em determinado momento da História deste País, algum segmento da economia nacional deveria ser privatizada. Mas quero lembrar a todos que a Petrobras que hoje se quer defender, com toda a ênfase possível, teve o melhor momento na História deste País, e em nenhum momento produziu tamanhos resultados senão naquele em que o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Disse bem o Ver. Janta, nós, que não apoiávamos a Presidente Dilma, éramos acusados de que queríamos privatizar todo este País. Essa é a grande verdade! O Brasil está caindo na realidade! Essa história de que nós estamos muito bem, que vêm aqui à tribuna e dizem do pleno emprego e tudo o mais, é uma fantasia. O País se encontra em sérias dificuldades, e falar de escândalos no Município de Porto Alegre, da PROCEMPA... A minha posição é esta: eu confio no Prefeito Fortunati, tenho certeza de que ele vai tomar providências, conforme prometeu.

Mas por falar sobre isso, de R\$ 40 mil que se gastou no tratamento dentário de uma pessoa? O que é isso num País onde se quebra a Petrobras, se quebra a Eletrobrás, se fazem as maiores maracutaias internacionais? Que autoridade tem um integrante desse Partido para vir cobrar do Governo Fortunati as coisas que vêm sendo cobradas? Eu quero dizer, sinceramente, o seguinte, Presidente: eu confio no Prefeito Fortunati, e sei que ele vai tomar providências antes de sexta-feira, ou até sexta-feira, conforme se comprometeu. Agora, não dá para a gente ficar querendo “tapar o sol com a peneira”. Nós sabemos que há problemas na PROCEMPA. O Governo desconfiou que tinha e mandou averiguar. Não fez como outros Governos, Prefeito Villela, que disseram: “Eu não sei de nada; as coisas acontecem ao lado do meu gabinete, e eu não sei de nada”. O Prefeito

pág. 21

Fortunati desconfiou de alguma coisa, alertado por algumas pessoas, e mandou averiguar. Da averiguação, vai haver resultados concretos, positivos, “não se vai tapar o sol com a peneira”.

Agora, sinceramente, eu chego, às vezes, a pensar, Ver. Janta, que V. Exa. tem razão: acho que, no fundo, há uma manobra muito forte para desmoralizar a PROCEMPA por causa de alguns apetites de pessoas e de segmentos que estão sendo por nós investigados. Porque não deram resultados positivos, muito pelo contrário, enterraram a telefonia nesta Cidade.

Por isso, bote-se de lado qualquer ressentimento de ordem pessoal. Vamos ficar, Presidente, na realidade do nosso cotidiano.

Pare com essa história de cobrar da PROCEMPA, com o vigor que está cobrando, quem cala diante do assalto peremptório que sofreu a nossa Petrobras e a Eletrobrás. Nós, que apoiamos Fernando Henrique Cardoso, nunca cogitamos em privatizá-las, mas, agora, elas estão indo para o ralo das maracutaias que fazem nos Estados Unidos, comprando empresas falidas e vendendo, depois, com deságio, contra os interesses do Brasil. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu só queria dar uma explicação ao Ver. Marcelo Sgarbossa. Ele falou que o DMAE, no Programa Socioambiental, reduziu em mil metros uma canalização de esgoto, lá no terminal da Serraria. Efetivamente, reduziu, porque ele está fazendo, além dos tratamentos primário e secundário, o tratamento terciário de coliformes, de nitrogênio e de fósforo, e, se eles fizessem 2.600 metros, eles teriam que fazer também uma estação de bombeamento. Ou seja, com essa redução, vai melhorar o projeto, e o Município, os munícipes vão economizar R\$ 30 milhões. O DMAE tinha um contrato de fazer 1.600, ele cumpriu somente o contrato de 1.600 metros, e está negociando com a Fepam e o Ministério Público para a aprovação da alteração dessa licença. Ou seja, uma economia de R\$ 30 milhões para o Município de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.)

(15h41min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em discussão o PR nº 015/13. Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito ao Ver. Bernardino Vendruscolo que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Em discussão o PLL nº 188/12. (Pausa.). Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO.**

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em discussão o PLL nº 120/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 35 votos **SIM.**

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, requeiro também a atenção do nosso Diretor Legislativo. Estou vendo que há um Requerimento, de autoria do nobre Ver. Waldir Canal, estimado colega, que requer Moção de Apoio à instalação, na Capital do Estado, do novo Centro de Eventos. Quero lembrar que, há 60 dias, nós já votamos essa Moção de Apoio, a mesma Moção de Apoio, de autoria da Comissão de Economia e Finanças, que foi aprovada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vamos esclarecer posteriormente essa matéria. Em discussão o PLL nº 146/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM.**

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, quero explicar a V. Exa., e pedir a sua licença, por estar de óculos escuros no plenário. Eu não gostaria de estar – V. Exa. é médico –, mas estou com início de descolamento de retina, não posso pegar luz, claridade, por isso os óculos escuros. Não é desrespeito aos colegas, principalmente a V. Exa. Muito obrigado.

Em discussão o PLL nº 150/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Em discussão o PR nº 002/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Solicito a presença das Lideranças aqui na Mesa, por favor. (Pausa.)

Em votação o Requerimento nº 111/13, de autoria do Ver. Waldir Canal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento nº 106/13. (Pausa.)

Este Vereador não pode votar a matéria, mas se pudesse votar, votaria “sim”.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Respeitosamente, acho que V. Exa. não está proibido de votar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Pelo Regimento, a Presidência só vota para desempate em alguma matéria ou quando é requerido quórum qualificado. Isso diz o Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Gostaria de ter feito o debate sobre este tema, assim como do Centro de Eventos. Quero dizer que já sugeri à Diretoria Legislativa e à Informática

para que, nos nossos registros, seja explicado que o Presidente não vota, porque não fica claro para a história. Em 2011, quando fui Presidente, eu não votei em muitos projetos, e, depois, a população vai consultar e vem nos cobrar: “Mas, Vereadora, a senhora não votou”, sem se dar conta de que a Presidente não votava.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro, Vereadora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: É para a sua proteção e a de todos os Presidentes: que, no *site*, conste que Presidente não vota nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereadora, com relação à discussão da matéria, os Vereadores tiveram a possibilidade de discuti-la durante três Sessões.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 8 **ABSTENÇÕES**.

O SR. REGINALDO PUJOL: Vou fazer uma declaração de voto, Sr. Presidente: Reafirmo minha posição em favor das contribuições legais das empresas aos candidatos que elas entenderem merecedores do seu apoio. Não tenho recursos próprios para financiar uma campanha e não utilizo caixa dois; por conseguinte, preciso ter apoio de quem confia no meu trabalho. Por tal razão, voto contra a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

Eu suspendo os trabalhos por alguns minutos para recebermos o Plano Plurianual da Prefeitura.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h14min.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (17h24min) Retomamos a nossa Sessão, encerrando a Ordem do Dia.

Aprego o PLL nº 160/13, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que concede título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Antonio Cunha Losada.

Quero ler, para ficar bem claro, o art. 83 da Lei Orgânica do Município (Lê.): “O Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto só terá voto na eleição da Mesa ou em matérias que exigirem, para sua aprovação: a) maioria absoluta; b) dois terços dos membros da Câmara Municipal; c) o voto de desempate”. Desta forma, justifico o meu pronunciamento anterior.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, é evidente. Agora, acho que precisamos enfrentar, precisamos mudar o Regimento porque, quando não há um comprometimento da Presidência... No caso específico de hoje, quando votamos uma moção de apoio à OAB – V. Exa. iria votar favoravelmente e não pôde votar –, sai uma impressão equivocada para a rua. Eu também peço, já que V. Exa. leu este artigo, que, se fosse possível, lesse o art. nº 177 do Regimento, que não se sobrepõe à Lei Orgânica, está subordinado a ela. Ele diz outra coisa. Não estou contestando, não é isso, mas precisamos adequar o Regimento à Lei Orgânica.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Bernardino, o senhor merece todo o fraternal entendimento que tenho por Vossa Excelência. Só que V. Exa. colocou, pelo microfone de apartes, na hora da votação, que eu deveria votar. Se o tema não é correto, se temos que enfrentar essa temática, temos que enfrentar! V. Exa. tem todo o direito de fazer um projeto revogando e alterando a Lei Orgânica.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Eu lhe peço que veja o que diz o art. 177 do Regimento. Não há dúvida de que nós precisamos mudar, não há dúvida; eu concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereador, vou ler o art. 177, então (Lê.): “Nenhum Vereador poderá escusar-se de votar, sob pena de ser considerado ausente, salvo se fizer declaração prévia de estar impedido ou, nas votações, declarar que se abstém de votar”. Na verdade, não há nenhuma divergência entre os dois artigos, pois, naquele em

que sou obrigado a votar, sou obrigado a votar como Presidente; nessas, eu estou impedido em função do Regimento da Casa. É correto, eu não posso votar, está expresso aqui, ou quem estiver presidindo os trabalhos não pode votar, com base no art. 83 da Lei Orgânica. E o art. 177 do Regimento referenda o que está escrito no art. 83 da Lei Orgânica. Eu não vejo, enquanto operador do direito, nenhuma divergência entre os dois artigos. Agora, se temos que enfrentar, temos que enfrentar. Mas esta Presidência não pode ser condenada e colocada nessa situação em função do que prevê o Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Tenho a impressão de que V. Exa. não entendeu o meu encaminhamento, que foi no sentido de preservar! Não é crítica, Presidente, pelo amor de Deus, não é crítica! Foi no sentido de preservar a sua presidência porque a impressão que dá é que... é nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito.

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; inicia a tramitação de Pauta do Projeto de Lei do Executivo “que estabelece medidas de incentivo e apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente empresarial, acadêmico e social no Município de Porto Alegre e dá outras providências”. Este é o primeiro momento de Pauta, e eu espero que nós possamos fazer um bom debate sobre o tema. Espero que esse Projeto venha substancialmente diferenciado dos demais projetos de incentivo que esta Casa tem recebido, em especial no tema da ciência e tecnologia. No ano passado, veio para cá um monstrengo, que tudo o que não faria era incentivar o desenvolvimento tecnológico – Ver. Sgarbossa, que não estava aqui –, porque as Repots do ano passado eram uma tinta, uma pinta, uma mancha na cidade de Porto Alegre, nas áreas mais nobres da cidade de Porto Alegre, onde se permitiam

pág. 27

índices construtivos máximos vinculados ao desenvolvimento tecnológico. As experiências que nós temos aqui de concessão de índice construtivo dessa forma horizontal, sem cobrança de contrapartidas, são desastrosas. Nós temos o Estatuto da Cidade, que é claro: direito oneroso de construir é um conceito, um direito e uma riqueza colocada nas mãos dos Municípios para que o Governo, ao vender índices, ao permitir mais construção do que o Plano Diretor, obtenha uma receita para o desenvolvimento estratégico da Cidade. Em Porto Alegre, os índices construtivos estão condicionados por lei a virem para a habitação popular, que tem muita demanda, que não pode ser única e exclusivamente feita pela política do “Minha Casa, Minha Vida”, que é o que tem hoje em Porto Alegre; hoje não, há alguns anos não tem recursos próprios para a habitação popular. No Minha Casa, Minha Vida hoje se encaminha tudo, inclusive as desapropriações relacionadas à Copa.

O problema também do Projeto de ciência e tecnologia do ano passado era que se dava o território, ou seja, empresas de ciência e tecnologia que quisessem se desenvolver lá na ponta da Lomba do Pinheiro, aqui no 4º Distrito ou em Petrópolis – Petrópolis estava na mancha, na verdade, uma faixa ao redor das radiais estava na mancha, mas havia empresas que tiveram a sorte de estar naquela mancha, naquele território... Na verdade, um estímulo ao desenvolvimento de ciência e tecnologia tem que se direcionar ao tipo de empresa, ao empreendimento que nós queremos desenvolver, que tem que ser um empreendimento de pesquisa, de fato, para soluções de problemas da cidade de Porto Alegre, para soluções para circuitos econômicos onde há lacunas. Tem que haver um estudo, tem que haver um diagnóstico, Vereadores que estão aqui presentes, Ver.^a Fernanda, Ver. Mauro, Ver. Sgarbossa. Nós temos que ter uma leitura; qual a leitura que a Cidade tem da necessidade? Estou discutindo aqui o projeto de lei, um novo projeto de incentivo, da necessidade de incentivo. Porque, pasmem, com o Unipoa, o Governo Municipal tem uma política de incentivo a bolsas de estudo, e foi construída nesta Casa e com o Governo Municipal, há alguns anos, vinculada a ciência e tecnologia.

Pasmem, os cursos que existem hoje, isenção fiscal, à universidade, são na área de Contabilidade! Contabilidade, Ver.^a Mônica, tem a ver com ciência e tecnologia? Na verdade, ciência e tecnologia acabam virando um grande guarda-chuva onde cabe tudo. Bom, é bem fácil mesmo, tudo tem tecnologia, tudo, até varrer uma rua tem tecnologia. Tudo tem tecnologia. Então, eu espero que esse Projeto tenha, de fato, um objetivo claro,

mas um objetivo sustentado pelo Governo Municipal, em cima de pesquisa, em cima de necessidade, e vontade de indução, de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico em áreas onde Porto Alegre tem carência. Vai necessitar de apoio, aporte tecnológico, desenvolvimento de tecnologia e que vai gerar... e que aí se calcule, que se indique se vai gerar emprego, vai gerar desenvolvimento em tal área, se vai superar a degradação, vai responder a problemas de saúde, vai se relacionar com áreas em que a Cidade tem lacunas.

Então, eu acho que esse debate tem que ser um debate feito com a Cidade, com o conjunto da cidadania, tem que partir de um diagnóstico, porque, se não vier diagnóstico, acho que nós temos que cobrá-lo. Não é possível que programas de incentivos e projetos como o Plano Plurianual, que o Prefeito acabou de entregar nesta Casa, tenham, nesta Casa, dois meses para se discutir, com um recesso no meio, e não venham de um grande debate com a cidade de Porto Alegre! Por quê? Porque o Plano Plurianual impacta quatro anos; é o destino das nossas vidas por quatro anos, já o primeiro ano do próximo Governo, inclusive.

Agora, como que a Câmara de Vereadores vai suprir uma lacuna desse tamanho? Como que o conjunto da Cidade, na sua periferia, consegue visualizar, incidir sobre o Plano Plurianual? E incidir, Ver. Tarciso, por exemplo, lá no sambódromo, na Zona Norte, que nós queremos que se torne permanente, para onde queremos que, nos quatro anos, haja recursos e que, terminados os quatro anos, seja um centro de eventos, de fato, para o ano inteiro e que tenha oficinas que atendam às crianças, que tenha equipamento definitivo. Será que a Cidade sabe que o Plurianual entrou na Casa, hoje, e que isso está previsto, que é uma demanda por que, todos os anos, a sociedade grita? Que é um tema que, lá na CECE, na Câmara de Vereadores, nós fizemos várias reuniões? Eu quero ver se isso está previsto, porque, se não é resultado do debate na Cidade, não deve estar.

Então, há uma série de debates que têm que estar ali delineados no Plano Plurianual. Eu acho que a Casa logo tem que pensar como supre um Governo que não faz, na verdade, da democracia uma gestão. Há uma apropriação dos destinos da Cidade pelo Governo que hoje está aí, e não o que a Cidade construiu como a sua grande marca, ou seja, a marca da democracia participativa, da soberania popular, da participação direta. É isso que nós queremos ver nesses projetos que entram nesta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Sofia.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a promoção da causa animal como uma tarefa que nos identifica e que, ao longo dos últimos anos, passou a ter um papel indispensável no ambiente social de comunidades, entidades e Governos passa a ter ainda maior repercussão e atenção nesta Casa. Nesse contexto, é essencial que possamos promover o debate, o diálogo, a troca de experiências no sentido de que possamos organizar e planejar o nosso trabalho em torno da proteção animal. Falo da realização do primeiro encontro de ações públicas pela causa animal, que vamos realizar no dia 6 de julho, nesta Casa, no Plenário Ana Terra. O anúncio que faço desta tribuna tem o objetivo de convidar todos Vereadores e Vereadoras a participarem desse evento, que resulta da sensibilidade do trabalho coletivo e solidário desta Casa dedicado à proteção animal. Vamos dialogar, trocar experiências sobre identificação, educação e esterilização; sobre a ação de um voluntariado incalculável que temos na Cidade e no País; sobre a busca de recursos para a causa animal, ou seja, captação de recursos através de redes sociais, através de eventos realizados na sociedade com apoiadores da causa. Vamos, ainda, avaliar a legislação existente e, por fim, apresentar um painel de experiências consolidadas de ações públicas pela proteção dos animais domésticos na Capital e em outras cidades brasileiras.

Dessa forma, Sr. Presidente, a Casa está nos proporcionando um passo decisivo no sentido da integração entre políticas sugeridas por entidades, ONGs, voluntariados, protetores e governos. Essa é uma tarefa essencial de convergência e cooperação como forma de aprimoramento da Cidade, referendado por este Legislativo municipal. Esta Cidade conta com mais de 800 vilas, possui uma imensidão de animais que procriam e proliferam na Cidade, onerando os cofres públicos e o trabalho das voluntárias.

Por fim, Sr. Presidente, fica aqui, mais uma vez, o convite para todos os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras para o primeiro encontro de Ações Públicas pela Causa Animal, no dia 6 de julho, das 8h30min às 13h, no Plenário Ana Terra. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara, público presente nas galerias, primeiro, antes de entrar para a Pauta, quero fazer um relato: o Prefeito José Fortunati esteve na Casa, às 16h, entregando o Plano Plurianual, e nós vamos, agora, olhá-lo, estudá-lo e discuti-lo aqui, na Câmara de Vereadores. Foi entregue, então, nesta tarde, pelo Prefeito Fortunati, o Plano Plurianual.

Eu me inscrevi em Pauta, Ver.^a Any Ortiz, para falar sobre o meu Projeto, mas vejo aqui um Projeto de V. Exa., que está em Pauta. Alguns amigos meus já haviam falado comigo, há algum tempo, alguns colegas, que têm essas empresas, então, eu venho para apoiar o seu Projeto no que diz respeito à taxa do teletáxi. É um assunto bem importante não só para eles, para as empresas de táxi, mas para a cidade de Porto Alegre, para o Executivo, que pode ter alguma coisa a ver com isso. Nesse Projeto, a Ver.^a Any Ortiz está suprimindo um artigo, o art. 2º da Lei nº 4.162. Eu vim para falar sobre o meu Projeto, mas, de antemão, Vereadora, apoio a sua iniciativa.

E o meu Projeto, que está em Pauta aqui, na Câmara, é mais uma homenagem. Aliás, neste ano, é a primeira homenagem que faço, por meio dos troféus, dos diplomas e das homenagens que podem ser feitas aqui, nesta Casa. Faço-a para a Sociedade Recreativa e Cultural Escola de Samba Acadêmicos da Orgia, que já foi uma escola de primeiro grupo, já foi uma escola campeã e sofre as consequências financeiras que hoje ocorrem no carnaval. É uma escola que tem poucos recursos, que tem poucos apoiadores, não é uma escola de primeiro grupo, e, a bem dizer, meia dúzia de famílias tocam essa escola. Então, fazendo essa homenagem – hoje, o Presidente é o Cy; ele e sua esposa tocam a escola –, eu queria fazer uma homenagem a todas as pessoas que já passaram por essa escola. Mais adiante, eu quero ver se eu consigo, junto com o Presidente Dr. Thiago, fazer essa entrega lá na escola, na Av. Ipiranga, esquina com Rua Silva Só. É um prêmio simbólico, e eu gostaria que V. Exa. estivesse lá comigo para fazer essa entrega à Escola de Samba Acadêmicos da Orgia.

Por último, o PLCL nº 005/13, também comentado pela Ver.^a Sofia Cavedon. Às vezes, Ver. Elizandro, nós não olhamos a Pauta, mas, veja, eu já discuti três Projetos importantíssimos. Esse Projeto do Executivo me chamou a atenção por sua introdução, que é muito boa para nós, Vereadores, Ver. Pujol. O Executivo, nesse Projeto, estabelece medidas de incentivo e apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente empresarial, acadêmico e social no Município de Porto Alegre e dá outras providências. Ou seja, se o Executivo faz isso dentro de um Projeto de Lei, talvez sirva para outros setores, como o esporte amador, Ver.^a Mônica e Ver.^a Luiza Neves, que eu tanto cuido e tento manter nesta Cidade. Hoje, o esporte amador está terminando em Porto Alegre, os campos de futebol estão terminando. E aqui o Executivo me dá uma ideia, a qual quero deixar registrada: quando o Executivo diz que estabelece medidas de incentivo e apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, isso poderia ser usado em outros casos por todos os Vereadores e Vereadoras.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, Vereador, quero acertar um detalhe, já que conversei com V. Exa. antes. V. Exa. tem uma vida inteira vinculada ao futebol amador, praticou o esporte, era um brigão no campo, era seguidamente expulso, tamanha a sua vibração, e agora é um cartolinha, no bom sentido da palavra. Acho que V. Exa. tem que urgentemente entrar com um projeto trazendo essa ideia de criar estímulos para que as empresas se transformem em madrinhas ou padrinhos de campos de esportes e contribuam para sua conservação antes que alguém lhe roube essa coroa. A ideia é sua mesmo.

O SR. MARIO FRAGA: Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

A Sra. Any Ortiz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, Ver. Mario. Como o senhor mesmo colocou, a respeito do meu Projeto, e é sobre isso que faço o aparte, para deixar claro: essa lei de 1976 autoriza, mas não obriga a cobrança de meia tarifa a partir do momento em que a pessoa chama o táxi na sua residência ou no seu trabalho. E eu acho que isso tem que ficar bem claro. Esse serviço, por muitos anos, não foi cobrado, e eu entendo que a população agora não deve pagar mais essa conta. Se cada táxi, cada proprietário de veículo deseja fazer parte e se associar a um radiotáxi,

essa pessoa está se beneficiando daquele serviço, então ela tem que arcar com os custos e não passar mais esse custo para a população. Muito obrigada pelo apoio, e gostaria de contar também com o apoio de todos os Vereadores, colegas desta Casa.

O SR. MARIO FRAGA: Vereadora Any, eu li inclusive a Exposição de Motivos e gostaria de ressaltar que, naquela época, um telefone de casa custava o valor de um automóvel. Então, mais uma vez, o seu Projeto tem total mérito, e conte com o nosso apoio. Muito obrigado. Obrigado, Presidente Thiago.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; em 1ª Sessão de Pauta, está o Projeto de Lei deste Vereador, que denomina a Rua Pastor Nils Taranger um logradouro público. Evidentemente, quero registrar, nesta 1ª Sessão, a minha especial alegria em poder prestar esta homenagem a esse que é filho de um dos pioneiros da Assembleia de Deus na Suécia, nascido no ano de 1916, na Noruega, casado, em 1941, com Mary Taranger. Em 1946, chegou ao Brasil assumindo a Igreja Assembleia de Deus na cidade de Bagé, aqui no Estado do Rio Grande do Sul. E, por fim, desempenhando um especial papel em todo o nosso Estado do Rio Grande do Sul e aqui na cidade de Porto Alegre, sendo o Pastor-Presidente da Igreja Assembleia de Deus, desenvolvendo um trabalho relevante no internato, que é hoje o Lar Esperança, com capacidade para 100 crianças, no asilo, hoje chamado Lar de Idosos Gustavo Nordlun; cursos e artes gráficas; projetos de alimentação, o primeiro albergue de meninos de rua foi por iniciativa do nosso Pastor Nils Taranger. Faleceu no dia 5 de janeiro, aos 85 anos, e deixou um legado na história de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Brasil e do mundo, tendo em vista ser oriundo da Suécia.

Portanto, a minha especial alegria em poder estar hoje na primeira Sessão de Discussão Preliminar de Pauta com este Projeto que denomina a Rua Pastor Nils Taranger.

Outrossim, também quero trazer uma palavra de referência e deferência ao PLL nº 065/13, de autoria do Ver. Delegado Cleiton. Há poucos dias, falávamos sobre uma

filmagem de uma pessoa que estaciona em uma vaga de idosos, gestantes ou deficientes físicos, e, nesse caso, o senhor inclui obesos também. Ali, nesse caso, a pessoa tem uma mensagem educativa no estacionamento, quando, pelos autofalantes, falam: “Você estacionou em uma vaga destinada a idosos, gestantes ou deficientes físicos”. Ver. Delegado Cleiton, quero parabenizá-lo por esta iniciativa.

Também o PLL nº 111/13, de sua autoria, que obriga o Executivo Municipal a instalar o sistema de videomonitoramento nos pontos fixos de táxi no Município de Porto Alegre. É de grande relevância. Se não fosse o videomonitoramento, nessa situação recente, quando aquele assassino entrou no táxi na Rodoviária, ele não poderia ter sido capturado e preso.

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Amigo, Ver. Sabino, quanto ao primeiro Projeto, eu fico muito feliz, porque foi um Projeto vindo da comunidade para mim. Sugeriram-me, nós trabalhamos com a nossa Diretoria Legislativa e transformamos o Projeto. Depois que saiu na mídia, no jornal Zero Hora, nos outros jornais e na televisão, muitos ligaram me parabenizando, mas este é um Projeto que veio das comunidades que visitamos. Quanto ao segundo Projeto, eu, como policial, sei da grande valia dos videomonitoramentos para o trabalho e ação da Polícia Civil. Por isso, para que possamos melhorar a ação da Polícia Civil, e inclusive terminar com a violência contra taxistas, foi que planejamos e trouxemos para esta Casa este Projeto de videomonitoramento nos pontos oficiais de táxi. Muito obrigado, amigo.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Obrigado, Ver. Cleiton, que é o proponente desses dois Projetos de Lei, que, hoje, então, estão em 1ª Sessão de Discussão Preliminar de Pauta. Fica a minha deferência a essas duas iniciativas, que, com certeza, são Projetos de grande relevância para os porto-alegrenses: um tem caráter educativo, e o outro tem caráter que se reveste, claro, daquilo que é a função de V. Exa., que é a questão voltada para a área da Segurança e também buscando a resolutividade no desencadear da busca de pessoas que cometem crimes, pessoas que estão à solta na cidade de Porto Alegre e precisam, efetivamente, serem identificadas através de uma iniciativa como essa. Portanto, parabeno V. Exa., deixando, aqui, Sr. Presidente, a nossa palavra de parabenização ao Vereador e, também, manifestando especial alegria no dia de hoje por

pág. 34

estar correndo em 1ª Sessão de Pauta a nossa homenagem ao Pastor Nils Taranger. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, agora que estamos nos encaminhando para o final da Sessão, antes de debater um importante Projeto de Lei do Executivo, quero fazer uma saudação, Presidente, a um tema que discutimos ainda em janeiro, na Comissão Representativa, aqui na Casa, que é o tema da geral da Arena do Grêmio – tema que foi muito discutido. E desde o início nós levamos adiante, junto com torcedores, com grupos, a ideia de que aquela área, sim, deveria continuar sendo uma área para os jovens frequentarem. Eu fiz esse debate algumas vezes e havia muitas vozes, naquele momento, que exigiam que se colocassem cadeiras para liberar a geral; e isso valeria depois da Copa inclusive para o próprio Beira-Rio, que não mais teria nenhuma área reservada para torcedores com ingresso popular, para ficarem torcendo em pé, com as devidas proteções e garantias nas barras de segurança. E, para nossa alegria, hoje à noite, a Arena vai receber um jogo do Campeonato Brasileiro e vai inaugurar, então, a geral nessa proposta que nós defendemos desde janeiro. Isso nos deixa muito felizes, porque foi através do diálogo com os Bombeiros, com a Brigada Militar, com torcedores, com a Arena, com o Grêmio que se chegou a esse consenso. Agora, então, cabe às torcidas organizadas, aos torcedores que não são de torcidas e que frequentam lá também, garantirem a ordem, o respeito e fazerem a sua parte na festa para o bom resultado dessa negociação.

Quero, rapidamente, debater aqui um Projeto do Executivo Municipal que a Ver.^a Sofia Cavedon já tratou, o PLCE nº 005/13, um projeto recente, que propõe, na verdade, um plano municipal de estímulo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Município de Porto Alegre. Eu quero, como costume fazer com relação aos projetos de mérito para a Cidade, saudar a iniciativa do Executivo, colocando de lado as nossas diferenças, o devido papel de oposição que nós temos, e estender a mão para que façamos esse diálogo com o conjunto, em prol da Cidade. Como os colegas sabem, eu tive a

oportunidade de participar da missão, que foi a San Francisco recentemente, onde foi exatamente esse o foco do debate com o grupo de empresários, com a Unisinos, a PUC, a UFRGS e também várias outras iniciativas nessa área aqui na Cidade. Eu já tive a oportunidade de ler brevemente este Projeto e, como todo projeto, obviamente, requer um diálogo, um aprimoramento, principalmente para que ele não se banalize. É uma ferramenta muito potente para o estímulo à pesquisa, para o estímulo à inovação e ele não pode ser banalizado, onde entra um conjunto amplo de iniciativas que não seja da área e faz com que acabe perdendo o seu foco. Este é o grande perigo que vamos querer trabalhar para articular, da melhor maneira, esta política pública em prol do século XXI da tecnologia da nossa Cidade.

O Sr. Elizandro Sabino: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero fazer uma referência a uma citação de um grande amigo meu, que dizia que homens nobres têm gestos de nobreza, e V. Exa. demonstra ser um homem nobre ao reconhecer um Projeto do Executivo Municipal, a grandeza desse Projeto e assim referir. Há pouco, estávamos recebendo o Prefeito Municipal aqui nesta Casa, apresentando o Plano Plurianual e o próprio Prefeito, fazendo citação a V. Exa., quando na viagem participou dos encontros de forma ativa e propositiva. Portanto, mais uma vez, não poderia me furtar de fazer esta manifestação em reconhecimento à nobreza de V. Exa. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Agradeço a gentileza de suas palavras. O foco da discussão que vamos fazer junto ao Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia é na fiscalização desses recursos e incentivos fiscais que o Projeto traz. É fundamental garantir a transparência de forma republicana deste Projeto. Ele não pode ser o Projeto de um Partido, de um secretário, de um governo; tem de ser um projeto maior, de uma política de Estado, que se perpetue no tempo. Isso que vai atrair, efetivamente, grandes investidores na área de tecnologia para a Cidade, de forma transparente, para que não ocorra nenhum tipo de problema, nenhum tipo de corrupção, como todo Poder Público corre o risco. Isto está no controle, através do Conselho, e eu vou trazer algumas sugestões para que o controle social, o controle das decisões, torne-se um pouco mais amplo e perene neste Projeto quando da discussão com o Conselho Municipal. Nesse sentido estou propondo à Casa, com os colegas que foram na missão, junto com o Ver.

Márcio Bins Ely, a criação de uma Frente Municipal aqui na Câmara, uma Frente de Vereadores exatamente para dar cabo à essa discussão que queremos seja cada vez mais parte do cotidiano dos porto-alegrenses e desta Câmara. Quero destacar que inovação não se refere apenas a computadores – essa é uma noção equivocada; aqui nós estamos falando de toda uma nova área da economia – de *designer*, de moda, também na área de *software*, urbanismo – que vem exatamente colocando na dianteira várias cidades do mundo, e Porto Alegre tem o capital social para tanto, tem instituições para tanto, mas precisa dar um grande salto no ambiente de troca dessas instituições. Este é o debate que queremos fazer com o objetivo de gerar emprego e posicionar a Capital no século XXI, principalmente conectando-se com a sua energia mais preciosa que são os seus jovens. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. DR. THIAGO: Caros Colegas Vereadores, faço questão de vir a esta tribuna para pontuar uma situação que julgo muito importante e que ocorreu hoje: a entrega do Plano Plurianual. É importante que o cidadão e a cidadã saibam que além do Plano Plurianual, das obras, dos investimentos em saúde, em mobilidade urbana, em regularização fundiária, dentro do Plano Plurianual do Município está o Plano Plurianual da Câmara.

Nós – isso é importante dizer – temos enfrentado, todos os Vereadores são testemunha, grandes dificuldades administrativas nesta Casa, neste ano. A partir disso, um conjunto de Vereadores iniciou, através da Mesa, esta discussão de Vereadores com um pouco mais de tempo de Casa, e capitaneados, podemos dizer assim, em nome da Mesa, em meu nome, em nome do Ver. Bernardino, da Ver.^a Sofia, em nome do Ver. Mario Manfro, em nome do Ver. Waldir Canal, em nome de todos nós, e o Ver. Nedel assumiu esse processo, fez um trabalho que não tem paradoxo durante essas últimas Legislaturas e apresentou, a partir de um levantamento estratégico das necessidades, um Plano Plurianual para esta Casa Legislativa. É importante que se diga que o Plano Plurianual da

Câmara não é um Plano Plurianual para os Vereadores, é um Plano Plurianual para a democracia! Se não existisse Legislativo, se não existisse Parlamento, não haveria democracia! A democracia, desde o período ateniense, caracteriza-se pelo Parlamento, pelo *parlare*, pela palavra, pela discussão a partir do contraditório. E é isso que se faz aqui.

As nossas situações todas estão contidas no Portal Transparência, os gastos dos nossos gabinetes. A Câmara talvez tenha sido a precursora nesse processo. A Câmara é a grande guardiã da liberdade nesta Cidade. No Estado também é assim, no País também é assim. O Parlamento, os Legislativos são os grandes guardiões da liberdade. Se nós temos mazelas de corrupção Brasil afora, isso se deve muito à transparência efetiva que os Legislativos têm.

Eu costumo dizer que os políticos não caíram de Marte; eles são eleitos pela sociedade civil. E por isso também a sociedade civil é responsável pelos seus parlamentos. E ele é nada mais nada menos do que um reflexo fiel e completo da sociedade que ele representa. A partir desse Plano Plurianual do Executivo que nós vamos começar a discutir a partir de agora – mas a partir do nosso Plano Plurianual que está ali estabelecido e que acabou, depois de muitos debates e da ação importante do conjunto desses Vereadores, sendo absorvido pelo Executivo –, nós vamos ter a possibilidade de recuperação, nesse quatro anos; nós vamos ter possibilidade de recuperação das atividades parlamentares existentes nesta Casa. Talvez esse seja o maior legado que esta Mesa deixe para o futuro. Para vocês terem uma ideia – Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. que vai ser Presidente –, só no próximo ano nós vamos ter uma recuperação de 20% do nosso orçamento e vamos chegar ao final dos quatro anos com uma recuperação de 45% do orçamento. Isso vai dar possibilidade de expansão e de aperfeiçoamento da TV aberta, que tivemos a possibilidade de começar aqui. Tivemos a possibilidade de concretizar nesta Legislatura – estes 36 Vereadores – algo sonhado por muitos outros ex-Presidentes, por muitas outras Mesas Diretoras. Estamos transmitindo agora para mais de três milhões de gaúchos as nossas discussões, para mais de 50 Municípios na Região Metropolitana; isso nos dá a possibilidade de ampliarmos os grandes debates nacionais.

É importante dizer que tivemos a oportunidade de trazer, neste primeiro semestre, o Zizek, tivemos a possibilidade de trazer o David Harvey, os dois discutiram o pós-marxismo, doutrina à qual não sou adepto, não sou favorável, mas que, democraticamente, acolho, acolho a discussão. Tivemos a oportunidade de trazer a esta Casa Legislativa os dois Ministros vivos do Governo João Goulart, que discutiram o trabalhismo naqueles momentos importantes que permearam 1964. Discutimos os grandes temas nacionais e internacionais, discutimos aqui os grandes temas locais, apesar de muitos senhores da imprensa dizerem diferente; muitos setores da imprensa dizerem diferente e tentarem desvalorizar este Legislativo Municipal. Discutimos aqui a questão da duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva, temos discutido reiteradas vezes os problemas que permeiam a nossa Saúde, discutimos aqui a questão da Vila Liberdade e aquele incêndio que houve, discutimos aqui toda questão vinculada à legislação geral de incêndio e, em particular, com relação aos bares, restaurantes e templos religiosos. Enfim, discutimos, temos discutido os grandes temas da Cidade e os grandes temas do País e do mundo. As nossas Comissões têm feito um trabalho espetacular e fantástico, Delegado Cleiton. As nossas Comissões têm feito reuniões extraordinárias; às vezes, três, quatro reuniões no mesmo dia. Por exemplo, eu olho para V. Exa. e penso na CUTHAB: são mais de 300 pautas que a CUTHAB tenta debelar e mitigar os conflitos, que a CUTHAB tenta aproximar o Executivo da população e tenta buscar soluções.

Setenta e sete audiências já foram realizadas neste primeiro semestre, e nós nem chegamos ao final do 1º semestre. Esse dado é só sobre a CUTHAB! Sem dúvida nenhuma, essa condição de investimento vai nos dar a possibilidade de oferecer uma estrutura melhor para as pessoas que vêm à Câmara Municipal como, muitas vezes, a última alternativa para resolver o seu problema. Às vezes, como a última alternativa, quando nem o Ministério Público – o honroso Ministério Público – conseguiu ajudá-las, elas acorrem à Câmara de Vereadores, batem no gabinete do Vereador ou, às vezes, na casa do Vereador. Então, está aí a grande importância dessa estrutura. Teremos possibilidade de ampliar o trabalho das Comissões, teremos possibilidade de dar amplitude a isso. Teremos possibilidade de fazer com que o nosso teatro – outro projeto que está sendo fecundo aqui, coordenado pela Ver.^a Sofia e pelo Ver. Bernardino – possa ter atividades rotineiras.

Então, é minha obrigação, em nome dos 36 Vereadores, independentemente de Partido, reconhecer o carinho e a sensibilidade que os dois ex-Presidentes desta Casa – Ver. Sebastião Melo, hoje Vice-Prefeito; e Ver. José Fortunati, hoje Prefeito – tiveram com essa situação. Esta Câmara continua e continuará e estará cada vez mais ativa e independente – e eles sabem disso – a partir desses gestos. Esse é um profundo reconhecimento a esta Casa e à democracia da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não havendo mais nenhum Vereador inscrito para se manifestar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h14min.)